

A TEMÁTICA AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO

Resumo

A pesquisa tem como objetivo verificar a percepção dos coordenadores dos cursos de ciências contábeis quanto à inclusão e a forma de abordagem do ensino da temática ambiental no processo de formação dos graduandos dos cursos de ciências contábeis nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. Foram pesquisadas universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades em nível municipal, estadual e federal. A seleção foi através do sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, onde contém a relação das instituições públicas com curso de graduação em ciências contábeis. Esta pesquisa caracteriza-se no paradigma positivista, no qual a amostra foi escolhida através do critério de acessibilidade e disponibilidade dos coordenadores. A coleta de dados foi realizada através de uma *survey*, por meio telefônico e eletrônico. Os resultados da análise apontam para duas direções. A primeira é que os coordenadores dos cursos das instituições federais estão mais conscientizados da importância do meio ambiente do que os coordenadores das instituições municipais. A segunda é que, em regiões onde a relação com a natureza é mais presente, como no Norte, a opinião dos coordenadores entrevistados é unânime sobre a importância da temática ambiental na formação dos graduandos.

Palavras-chave: meio ambiente, educação, ciências contábeis.

1 Introdução

Os problemas ambientais, antes distantes e sem influência na vida cotidiana, agora assumem uma proporção assustadora. Problemas como o aquecimento global, escassez de água e energia, ameaçam a perpetuidade dos seres humanos nesse planeta. Com o aumento da tecnologia e ganho em escala de produção, herdados da revolução industrial no século XVIII, o planeta sofreu drásticas transformações econômicas e sociais. A energia motora da sociedade passou a ser extraída dos solos e seus resíduos jogados na biosfera. Essa combinação de extração de recursos não renováveis e alocação de resíduos no meio ambiente é uma das grandes responsáveis pela essa crise enfrentada atualmente.

Apesar da demora das ciências sociais em reconhecer e enfrentar tais desafios, apenas nos anos de 1980 os cientistas sociais passaram a abordar tal temática em seus estudos (Leis, 2004), sendo que a mesma apresenta um papel importante no processo de preservação ambiental. As ciências sociais são responsáveis pelo estudo das relações entre os agentes que compõem a sociedade (pessoas, governos e empresas). A contabilidade, como integrante das ciências sociais, assume um papel de destaque à frente dos novos desafios. Um dos objetivos da contabilidade é mensurar em termos financeiros e econômicos as diversas relações possíveis entre empresas, governos e indivíduos (Inanga e Schneider, 2005). Através disso, ela se transforma em uma importante ferramenta para avaliar o desempenho e eficiência na alocação de recursos, sejam eles monetários ou naturais.

A contabilidade ambiental, que teve seu reconhecimento oficial como ramo da ciência contábil e maior desenvolvimento na área de pesquisa a partir da década de 1990 (Tinoco e Kraemer, 2004), (Ferreira, 2006), (Yakhou e Dorweiler, 2002), assume grande responsabilidade para se moldar aos novos desafios ambientais. As empresas estão, cada vez mais, descobrindo que alguns de seus maiores desafios e problemas contábeis estão relacionados com o meio ambiente (Sefcik *et.al*, 1997). Tais contornos demandam que os profissionais da área contábil estejam prontos para tais desafios.

Nos últimos anos a contabilidade ambiental ganhou muita relevância no escopo das ciências contábeis. Yakhou e Dorweiler (2002) identificam 4 pontos-chaves necessários para o desenvolvimento da contabilidade ambiental: (1) melhor entendimento de termos e conceitos, (2) criação de incentivos gerenciais externos e internos, (3) educação, orientação e alcance e (4) desenvolvimento e disseminação de ferramentas analíticas, métodos e sistemas.

O foco do presente artigo é a educação ambiental e o ensino da contabilidade ambiental. O trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento nas instituições de ensino públicas brasileiras (esfera federal, estadual e municipal) da importância da temática ambiental no processo de formação dos futuros bacharéis do curso de ciências contábeis. Para isso, foi realizada uma *survey* com os coordenadores dos cursos de ciências contábeis procurando verificar o nível de importância atribuído a inserção da variável ambiental no processo de formação dos bacharéis do curso de ciências contábeis.

2 Educação ambiental

O Estado tem um papel intervencionista no processo de preservação ambiental. Cairncross (1992) afirma que “o governo é o responsável pelo alinhamento dos interesses individuais ou empresariais com os interesses sociais”, isto é, a convergência dos custos privados com os custos da sociedade em geral. Existem várias formas de atuação do Estado, uma delas é o desenvolvimento de projetos e atividades de educação ambiental, como exemplo: as campanhas de reciclagens e preservação ambiental.

A educação ambiental pode ser responsável pela alteração da percepção do indivíduo sobre o meio ambiente. Em pesquisas sobre valor econômico do meio ambiente isso fica bem claro. As pessoas que têm uma maior educação ambiental tendem a valorizar mais o meio ambiente e se dispõem mais a pagar por isso (CAIRNCROSS, 1992).

A educação ambiental integrada entre sociedade, instituições de ensino e Estado resultará no benefício para todos. Cada um desenvolvendo seu papel, a sociedade exigindo comprometimento do Estado e das instituições de ensino com o estudo e desenvolvendo ações para suprir esses problemas ambientais.

Atento a essa forma de perceber essas questões ambientais faz-se necessária que as instituições de ensino se empenhem no estudo desta temática, da qual já está sendo estudada em várias instituições de ensino com os mais variados temas, apresentando um caráter multidisciplinar, como exemplo: economia ambiental, gestão ambiental, contabilidade ambiental, entre outras. Com o intuito de estudar esses problemas ambientais emergentes na sociedade, com o intuito de conscientizar a sociedade e buscar soluções na compreensão entre meio ambiente e humanidade, adquirindo conhecimentos na gestão do meio ambiente. Segundo Brügger (1999) a educação ambiental deve ter um enfoque multidisciplinar, tais como: geografia, ecologia, filosofia, sociologia na temática do ensino ambiental.

Lima (1999, p.13) aponta vários autores, tais como: Freire (1997,1977); Carvalho (1991,1995); Sorrentino (1991,1995); Reigota (1991,1995); Brügger (1994); Penteado (1994); Grün (1996); Gadotti (1996); Gonçalves (1989); Giroux (1988); Leonardi (1997); Antuniassi (1995); Manzochi (1995) que apresentam propostas nas mais variadas questões para a construção do ensino da temática ambiental. Que consiste em:

- a) democrática - que respeita e se desenvolve segundo o interesse da maioria dos cidadãos;
- b) participativa - que estimula a participação social dos cidadãos no planejamento, execução e avaliação das respostas formuladas para atender aos problemas vividos pela comunidade;
- c) crítica - que exercita a capacidade de questionar e avaliar a realidade socioambiental, desenvolvendo a autonomia para refletir e decidir os próprios rumos;
- d) transformadora - que busca a politização e mudança das relações sociais, dos valores e práticas contrárias ao bem-estar público;
- e) dialógica - fundada no diálogo entre todos os participantes do processo educativo e da sociedade circundante;
- f) multidimensional - que pauta sua compreensão dos fatos na integração dos diversos aspectos da realidade;
- g) ética - que persiga o resgate ou construção de uma nova ética que priorize a defesa da vida, da solidariedade e da sustentabilidade socioambiental.

Um dos momentos importantes na educação ambiental foi a constituição do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, em 1975, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e também pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Segundo Dias (1998) a Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental em Tbilisi, em 1977, organizada pela UNESCO e PNUMA foi o marco na educação ambiental. No Brasil o artigo 225 - §1º parágrafo VI da Constituição Federal de 1988 normatiza sobre a educação ambiental “em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A educação ambiental é um relacionamento entre indivíduo e sociedade, do qual os dois tem papéis fundamentais no aprendizado ambiental, bem como responsáveis pelo que acontece no meio ambiente. (HERMOSO, 2005 e DIAS, 1998).

As ações humanas se não forem bem pensadas, podem ser irreversíveis para a natureza, por exemplo, adquire-se um bem com a finalidade de suprir uma necessidade, contudo não há uma reflexão sobre quanto esse mesmo bem utilizou de recursos ambientais para ser produzido. Essa reflexão não ocorre porque não foi inserida uma educação sobre o tratamento do produto no meio ambiente.

3 O ensino da contabilidade ambiental

Para começar uma discussão sobre contabilidade ambiental é de fundamental importância o conhecimento de suas abordagens teóricas. Sefcik *et al* (1997) apresentam duas correntes da contabilidade ambiental. A primeira, refere-se à uma perspectiva macroeconômica clássica de contabilização de recursos naturais, mesmo enfoque da contabilidade nacional porém voltado ao meio ambiente. A segunda é a contabilidade ambiental dentro das organizações, concepção integrante do conceito de contabilidade financeira. A discussão apresentada neste paper é voltada para a segunda corrente, isto é, contabilidade ambiental com enfoque nas ciências contábeis.

Com o advento da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 1996), foi extinta a exigência de um currículo mínimo padronizado de formação acadêmica. Essa nova lei deu maior autonomia às instituições de ensino superior na escolha das disciplinas que serão ofertadas em seus cursos. Dentre outras consequências, essa mudança aumentou a liberdade e a responsabilidade dos departamentos acadêmicos na escolha da matriz curricular.

Segundo Sefcik *et al* (1997), assuntos relativos ao meio ambiente estão integrados na contabilidade, não apenas em tradicionais disciplinas como contabilidade gerencial e financeira, mas, também, em disciplinas como auditoria, contabilidade fiscal e sistemas de informações contábeis, nesse sentido, a habilidade mais importante que pode ser ensinada aos estudantes é a capacidade crítica de avaliação de problemas contábeis considerando múltiplos enfoques nos processos de análise. Pelo fato dos problemas ambientais afetarem todas as áreas da contabilidade, isso provém um veículo particular e efetivo para ilustrar como integrar informação e abordagem de áreas múltiplas da contabilidade, dando aos estudantes um entendimento mais profundo e amplo sobre a teoria da contabilidade e sua aplicação. Continuando o raciocínio, Sefcik *et al* (1997) afirmam, ainda, que a incorporação de assuntos da contabilidade ambiental nos currículos do curso de ciências contábeis pode alargar o escopo e o impacto da educação em contabilidade.

Bebbington *et al* (1994), afirmam que os contadores têm pouco envolvimento nas atividades ambientais de suas empresas. Isso é refletido pelo baixo grau de evidenciação de informações contábeis nos relatórios das empresas. Os autores argumentam que a principal razão para isso é a presente educação na área contábil, ela não prepara os contadores para os desafios do meio ambiente.

Por esse motivo, é necessário que haja alterações nos currículos dos cursos de ciências contábeis a fim de apropriar a temática ambiental em seu escopo. Yakhou e Dorweiler (2002) defendem que um currículo inovativo em contabilidade é necessário para conectar a pesquisa do meio ambiente ao ensino e à posterior prática. Segundo eles, isso propiciaria as habilidades necessárias para administrar as organizações no século XXI. Para Grinnell e Hunt (2000), o desenvolvimento e a implementação de novas estratégias para os desafios ambientais são prioridades para o futuro das companhias. A prática e o ensino da contabilidade podem ter um papel crítico de suporte a esses desafios.

A educação em contabilidade ambiental oferece uma significativa oportunidade para permitir que as próximas gerações de contadores entendam melhor as bases e limitações da contabilidade convencional, assim como, desenvolve uma apreciação das possibilidades introduzidas pela contabilidade ambiental (BEBBINGTON, 1997).

Para que a contabilidade cumpra esse papel, é necessário, primeiramente, um processo de conscientização dos atores envolvidos no processo educacional. Os professores e, principalmente, os responsáveis pela elaboração do currículo acadêmico do curso de contabilidade devem estar cientes da natureza e magnitude dos desafios ambientais. Os coordenadores de curso, normalmente, atuam de forma incisiva e pró-ativa nesse sentido.

A possibilidade de mudanças nas práticas contábeis depende, sobretudo, da transformação das atuais gerações de seus estudantes (DAY, 1995) e de uma maior integração entre pesquisa-ensino-prática, onde os conteúdos da educação deveriam ser determinados por resultados de pesquisas, logo após, transferidos aos estudantes e, por último, implementados na prática (STERLING, 1973).

4 Procedimentos Metodológicos

O objetivo que orientou a pesquisa foi a verificação da importância da abordagem da temática ambiental no currículo dos cursos de ciências contábeis sob a ótica dos coordenadores dos respectivos cursos. Foi realizado de um levantamento de dados primários com o intuito descritivo dos resultados. Para a pesquisa foram selecionados, de maneira intencional, os coordenadores dos cursos das 85 instituições de ensino superior públicas com o curso de contabilidade, em âmbito nacional, integrantes das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. A escolha de se trabalhar apenas com instituições públicas foi decorrente da limitação de recursos para pesquisa e da identificação do papel ativo e relevante do governo no fomento de políticas e incentivos para preservação ambiental (Cairncross, 1992). Já a escolha dos coordenadores de curso, foi devido à sua responsabilidade e conhecimento sobre alterações e manutenção da organização curricular, o que potencializa o peso de sua opinião sobre a formação dos graduandos do curso de ciências contábeis.

Na parte da coleta dos dados, trabalhou-se com um levantamento de dados primários coletados através de *survey*. Cooper e Schindler (2003) relatam que a escolha de se trabalhar com dados primários é a mais indicada para verificar intenções e expectativas. Os mesmos autores apontam que a abordagem de comunicação (entrevista) tem seu ponto forte na versatilidade das informações coletadas. Eles complementam que, através desse método, informações abstratas de todos os tipos podem ser reunidas ao questionar as pessoas. A técnica escolhida para levantamento dos dados foram entrevistas em meio telefônico e eletrônico. De acordo com Collis e Hussey (2005, p. 171) “a vantagem destas técnicas é que os respondentes podem dar suas opiniões de maneira mais precisa possível usando suas próprias palavras”.

A entrevista foi feita de forma semi-estruturada, composta de duas questões para os coordenadores. A primeira, aberta, refere-se à sua opinião sobre a importância da inserção da temática ambiental no currículo para a formação dos bacharéis em ciências contábeis. A segunda questão, fechada, refere-se à opinião dos coordenadores sobre a forma de abordagem do ensino dessa temática. Na primeira pergunta, obteve-se êxito em 41 entrevistas o que representa 48,23% do universo pesquisado. Já na segunda pergunta, obteve-se um retorno de 37% dos respondentes da primeira pergunta, representando aproximadamente 19% do total. Outras pesquisas similares nos Estados Unidos obtiveram um percentual de retorno entre 19% e 35% dos entrevistados (Yakhou e Dorweiler, 2002).

No que se refere à análise dos dados, apesar da utilização de algumas ferramentas estatísticas (distribuição de frequências) cuja ênfase é mais quantitativa, a escolha do delineamento da pesquisa recaiu numa abordagem predominantemente qualitativa. O método qualitativo de análise escolhido foi o informal, onde os “pesquisadores costumam quantificar dados *informalmente* no processo de reduzi-los ou examiná-los” (Collis e Hussey, 2005, p. 239). Decidiu-se pela não utilização de nenhuma escala de atitudes na análise dos dados. Essa decisão foi baseada no fato de que escalas de atitude, muitas vezes, apresentam dificuldades para o tratamento de dados qualitativos como valores escalares na representação de determinada propriedade (Richardson, 2007). As limitações da pesquisa estão intrinsecamente relacionadas à coleta dos dados, quanto à acessibilidade e a disposição dos respondentes e os recursos financeiros disponíveis para a pesquisa.

5 Apresentação e análise dos dados

O universo escolhido foram todas as instituições públicas brasileiras de ensino superior que oferecem em seu currículo o curso de ciências contábeis, abrangendo as universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades de diversas regiões e localidades brasileiras. Elas somaram um total de 85 instituições, conforme relação disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Entretanto, através do critério de acessibilidade e disponibilidade foram realizadas e analisadas as entrevistas de 41 coordenadores das instituições.

A distribuição regional das instituições de ensino e o relativo percentual de respondentes estão demonstrados na tabela 1.

<i>Região Geográfica</i>	<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>CENTRO-OESTE</i>	<i>SUDESTE</i>	<i>SUL</i>	<i>TOTAL</i>
Quantidade de instituições	7	21	13	23	21	85
Instituições respondentes	5	8	5	9	14	41
Representação percentual	71%	38%	38%	39%	67%	48%

Tabela 1. Distribuição das respostas obtidas por região.

A análise dos dados começou com a verificação da distribuição da opinião dos coordenadores de curso sobre a importância da temática ambiental. A primeira questão da entrevista é sobre a opinião dos coordenadores dos cursos de ciências contábeis a respeito da importância da inserção da variável ambiental no processo de formação dos futuros bacharéis do curso de ciências contábeis. O objetivo de tal questionamento é levantar o ponto de vista sobre a relevância da temática ambiental no escopo dos cursos das instituições pesquisadas. Os dados dessa questão foram agrupados em dois grupos de respostas: importante e sem importância.

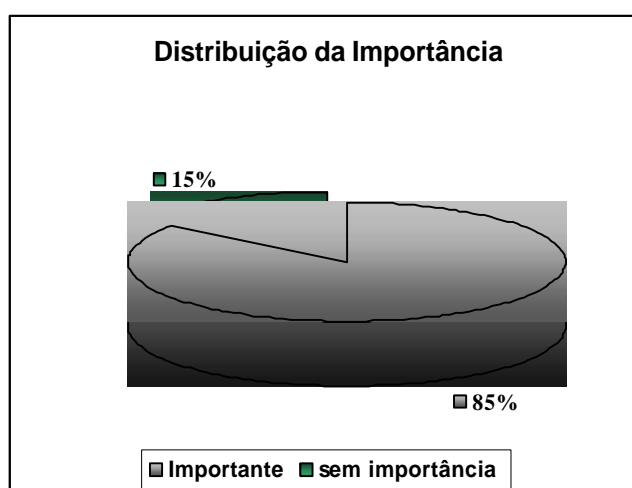


Gráfico 1. Distribuição da importância

Do total das entrevistas 85,37% responderam haver algum tipo de importância na abordagem da temática nos currículos. Apenas 14,63% responderam que não existe

importância da inserção da temática para formação dos contadores conforme evidenciado no gráfico 1.

Dentre as justificativas mais citadas pelos coordenadores para o reconhecimento da importância da temática destacam-se as seguintes:

- Os desafios enfrentados pelas empresas e a sua responsabilidade social;
- A relevância e contemporaneidade do tema;
- A contabilidade como ferramenta de mensuração da eficiência do uso dos recursos naturais;
- Responsabilidade social e ética do contador;
- Necessidade da percepção dos custos ambientais.

Alguns coordenadores discorreram, também, sobre as características e desafios locais que influenciam na montagem do currículo dos cursos de ciências contábeis. Dentro da distribuição da importância, a região Norte se destaca. Todos os coordenadores respondentes desta região, apontam como importante a temática ambiental dentro do currículo de formação dos graduandos. O gráfico 2, mostra a distribuição da importância da temática ambiental por região.

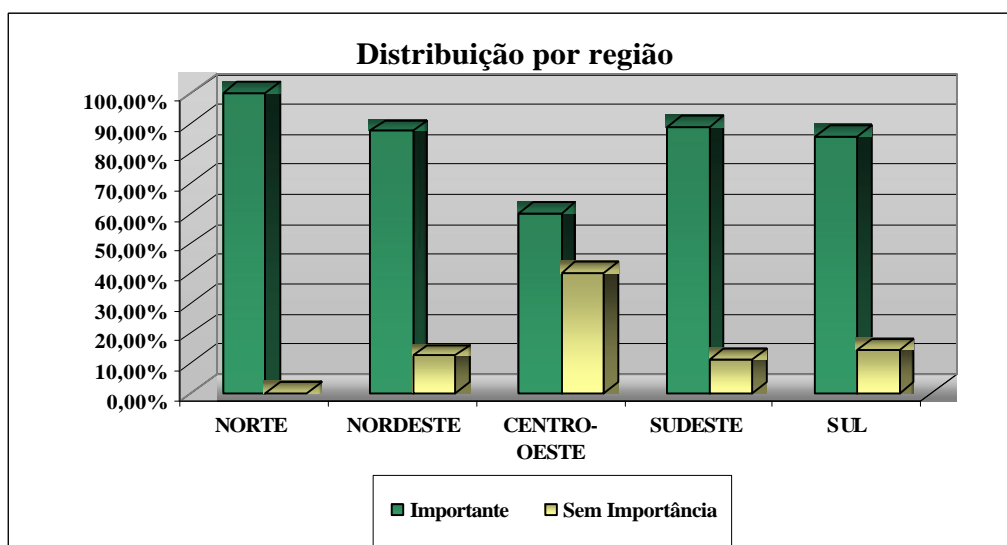


Gráfico 2. Relação do grau de importância regional proporcional à quantidade entrevistada

Do outro lado, com a pior distribuição da importância, está a região Centro-oeste, onde 40% dos coordenadores entrevistados não acham importante a abordagem da temática ambiental. Vários fatores locais, como dependência econômica da natureza, políticas governamentais localizadas e demandas das empresas, podem influenciar essa distribuição.

Um dos pontos levantados pelos entrevistados, para justificar a sua opinião de não importância da inserção da temática ambiental, foi de que a contabilidade é uma ciência muito objetiva, isto é, se preocupa muito com a prática não tendo espaço para outras obrigações acessórias com o meio ambiente.

Alguns autores (Inanga e Schneider, 2005), (Clarke *et al*, 1999), (Sterling, 1973) defendem que esse enfoque objetivo da contabilidade acaba prejudicando o seu desenvolvimento como ciência. Inanga e Schneider *apud* Demski (2001), atribui essa

orientação demasiadamente prática dos currículos de contabilidade a quatro fatores: (1) aos empregadores, normalmente focados no imediatismo, têm a expectativa que as universidades formem os estudantes para atuarem imediatamente como profissionais com toda a bagagem necessária, (2) aos administradores e conselhos, que respondem pela demanda dos empregadores por conteúdo técnico, (3) aos publicadores, os quais publicam apenas livros de pronunciamentos técnicos compilados e desenvolvidos com o intuito de dar subsídio a um determinado grupo e (4) os acadêmicos, os quais, ao invés de exercer sua liderança intelectual, perguntam para os empregadores o que deve ser incluído nos currículos de seus cursos.

Outro ponto analisado no trabalho, refere-se à distribuição das respostas por esfera governamental. O gráfico 3, mostra como foram distribuídas as respostas por esfera de governo. É importante verificar no gráfico que os percentuais constantes no eixo das abscissas (y) são referentes à distribuição por esfera governamental dos respondentes. A relação entre as respostas é representada pela diferença de altura das barras.

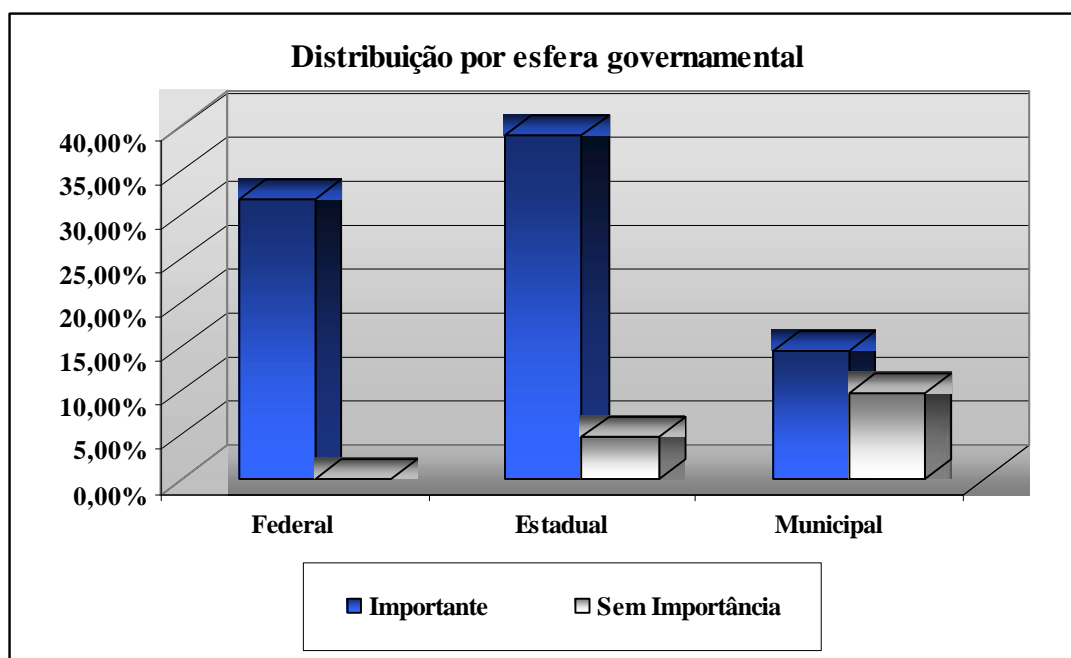


Gráfico 3. Distribuição da importância por esfera governamental

Analisando o gráfico 3, o maior destaque foram as universidades federais, onde 100% dos coordenadores respondentes acham importante a temática dentro do currículo do curso de ciências contábeis. Já na esfera municipal, a relação é praticamente equiparada. As hipóteses causais desta distribuição assimétrica entre o âmbito federal e municipal podem ser várias, entre elas, o reflexo das políticas educacionais de cada esfera governamental e a preocupação excessivamente local das universidades municipais, sendo que a preservação do meio ambiente é dada como um problema global.

A segunda pergunta da *survey* é relativa à forma de abordagem do ensino quanto à temática ambiental, analisando a tabela 2, a educação participativa e crítica foram no total das regiões as mais mencionadas.

<i>Educação dirigida à temática ambiental</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Centro-oeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Total</i>
<i>Democrática</i>	-	2	2	-	-	4
<i>Participativa</i>	2	4	2	3	1	12
<i>Crítica</i>	2	4	2	4	-	12
<i>Transformadora</i>	-	3	2	1	-	6
<i>Dialógica</i>	1	4	2	2	-	9
<i>Multidimensional</i>	1	4	2	-	-	7
<i>Ética</i>	1	4	2	3	-	10

Tabela 2. Educação apontada ao ambiente na esfera governamental.

E nas regiões norte, sudeste e sul a educação democrática não foi contemplada, não obstante essa mesma educação no nordeste e centro-oeste apresenta a mesma frequência, isto é, dois coordenadores nas regiões mencionadas entendem ser importante que o ensino da temática ambiental apresente, além de outros, o enfoque democrático no ensino aos futuros bacharéis em ciências contábeis.

Ressaltando também, que os coordenadores entrevistados no centro-oeste percebem que podem ser aplicadas todas as propostas de educação dirigidas à temática ambiental.

6 Conclusões e recomendações

Uma das formas de fornecer conscientização à sociedade seria pela disseminação do conhecimento e conscientização em instituições de ensino. O Estado já tem leis que regulamentam o ensino sobre o meio ambiente.

O ensino da educação ambiental nos cursos de ciências contábeis como contabilidade ambiental é de grande importância, pois o usuário externo, mercado ou sociedade, esta exigindo cada vez mais informações e atitudes quanto a questões ambientais das organizações.

No ensino superior, o curso de ciências contábeis com relação à temática ambiental não deve estar pautado somente na transmissão de conhecimento, mas também na conscientização do indivíduo quanto à importância de conhecer e compreender o meio ambiente. O profissional de contabilidade tem grande importância, pois será o agente que organizará essas instituições. Contudo, os profissionais devem estar habilitados para desenvolver essas atividades.

Quanto aos resultados da pesquisa, a inclusão da temática ambiental nas instituições da região norte e nas instituições da esfera federal apresentam importância para 100% dos entrevistados. Para os coordenadores de tais instituições, a temática ambiental tem um papel relevante na formação dos futuros contadores. Algumas hipóteses, como políticas do estado, distribuição de áreas de preservação ambientais em tais regiões e demanda local gerada por vantagens econômicas da preservação do meio ambiente, podem explicar tal distribuição, porém, devem ser testadas empiricamente antes. Outra conclusão da pesquisa foi que para os coordenadores dos cursos de ciências contábeis o ensino da temática ambiental poderá estar dirigido para uma educação participativa e crítica aos futuros profissionais da ciência contábil.

Esse tema está longe de ser esgotado. Para próximas pesquisas pode-se trabalhar com uma amostra diferente da escolhida para artigo (ex. instituições particulares), pode-se abordar alguns pontos não incluídos no trabalho como a verificação das causas da assimetria distribucional das respostas entre regiões e entre esferas governamentais, pode-se replicar

algumas pesquisas feitas internacionalmente e comparar os resultados, em fim, existe um vasto campo de pesquisa sobre o ensino da contabilidade ambiental em âmbito nacional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

BEBBINGTON, Jan R. **Engagement, education and sustainability a review essay on environmental accounting**. Accounting, Auditing & Accountability Journal. Bradford: 1997. Vol. 10, N° 3.

BEBBINGTON, Jan R.; GRAY, R. H.; THOMSON, I.; WALTERS, D. **Accountant's attitudes and environmentally sensitive accounting**. Accounting and Business Research. n. 204 (4), 1994.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 2. ed. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 1999.

CAIRNCROSS, Frances. **Meio ambiente: custos e benefícios**. São Paulo: Nobel, 1992.

CLARKE, F. L.; CRAIG, R. J.; AMERNIC, J. H. **Theatre and intolerance in financial accounting research**. Critical Perspectives on Accounting. Vol. 10. 1999.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. e SCHINDLER, P. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DAY, Mary M. **Ethics of teaching critical: Feminisms on the wings of desire**. Accounting, Auditing & Accountability Journal. Bradford: 1995. Vol. 8, N° 3.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui certificados de carbono**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRINNELL, D. Jacque; HUNT, Herbert G. **Development of an intergrated course in accounting: a focus on environmental issues**. Issues in Accounting Education, v.15, n 1. Fevereiro de 2000.

HERMOSO, Mário. **A contribuição da educação ambiental para a formação de pedagogos**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

INANGA, Eno L.; SCHNEIDER, Wm Bruce. **The failure of accounting research to improve accounting practice: a problem of theory and lack of communication**. Critical Perspectives on Accounting. n. 16, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Questão ambiental e educação: contribuições para o debate**. Ambiente & Sociedade, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SEFCIK, Stephan E.; SODERSTROM, Naomi S.; STINSON, Christopher H. **Accounting through green-colored glasses: teaching environmental accounting**. Issues in Accounting Education, v. 12, n 1. Spring 1997.

STERLING, Robert R. **Accounting research, education and practice**. The Journal of Accountancy. n. 3, 1937.

TINOCO, João E. Prudêncio; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

YAKHOU, Mehenna; DORWEILER, Vernon P. **Environmental accounting coverage in the accounting curriculum: a survey of U.S. universities and colleges**. Journal of Education for Business. set./oct., 2002.